



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

Pregão Eletrônico nº 48/2022

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo para uso em produção e pós-produção de vídeos com o fim de educação institucional.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:
07/10/2022, 09H:00MIN**

**MODO DE DISPUTA (FASE DE LANCES):
ABERTO**

**Exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
Lei Complementar nº 123/2006
(Todos os itens)**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO nº 48/2022
PROCESSO SEI Nº 0009567-86.2022.6.27.8000

PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão – TRE-MA, doravante denominado **TRIBUNAL**, torna público para conhecimento de todos que fará realizar, às **09:00 horas (horário de Brasília)**, do dia **07/10/2022**, sob o comando do Pregoeiro Oficial, designado pela **PORTARIA Nº 1685/2021**, de 29 de dezembro de 2021, do Presidente do **TRIBUNAL**, por meio do uso de tecnologia da informação, licitação na modalidade **PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, decorrentes do PROCESSO SEI nº **0009567-86.2022.6.27.8000**.

A licitação será regida pela **LEI Nº 10.520/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, LEI Nº 8.666/1993, DECRETO Nº 10.024/2019, DECRETO Nº 8.538/2015**, e demais normas aplicáveis à matéria, naquilo que não contrarie este edital e pelas cláusulas e condições abaixo declinadas.

A Sessão Pública será realizada através do site www.compras.gov.br e conduzida pelo **PREGOEIRO**, na sala da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, no 1º andar do Anexo ao prédio sede do **TRIBUNAL**, na Avenida Senador Vitorino Freire, s/nº - Bairro Areinha, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Todos os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no **SISTEMA ELETRÔNICO COMPRASGOV**, daqui por diante denominado **SISTEMA**, e na documentação relativa ao certame.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

1. DO OBJETO

Constitui objeto do presente **PREGÃO a aquisição de materiais de consumo para uso em produção e pós-produção de vídeos com o fim de educação institucional, conforme especificações deste Edital, seus anexos e abaixo:**

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	QTDE
1	Álcool Pureza de, no mínimo, 98%; Embalagem plástica ou vidro. REFERÊNCIA: 5 litros 99,8% https://bit.ly/2E3GGiX	LITRO	10



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	QTDE
2	Bateria elétrica Compatível com aeronave não tripulada (drone) DJI Mavic Air 2; Bateria de íon-lítio de polímero de três células; Capacidade nominal de, no mínimo, 3500 mAh, 40,42 Wh (valor típico); Tensão nominal de 11,55 V; Tensão de carga limitada a 13,2 V; Temperatura de carga entre -10 ° a 60 ° C; Temperatura de descarga entre 5 ° a 40 ° C; Peso de, no máximo, 200 g; Potência máx. de carregamento de 38 W; Com Sistema DJI Inteligente de Gestão de Bateria embutido, permitindo o monitoramento e relatório das características de operação da bateria por parte da aeronave; Com proteção contra sobrecarga e sobredescarga; Autonomia de voo de, pelo menos, 31 minutos. REFERÊNCIA: Bateria DJI Mavic Air 2 https://bit.ly/3ywBe0A	PRODUTO INDIVIDUAL	6
3	Bateria elétrica compatível com as câmera DSLR Canon EOS 70D e 80D; tecnologia íons de lítio; Tensão de 7,2 V; autonomia mínima de 2130mAh. REFERÊNCIA: LP-E6NH https://bit.ly/3PQjXao	PRODUTO INDIVIDUAL	8
4	Bateria elétrica Compatível com filmadora SONY HXR-MC2500; Voltagem de Saída: 7,2 V; Capacidade mínima : 6600 mAh; Com microprocessador interno que comunica à câmera a autonomia remanescente; Intercambiável com bateria Sony NP-F970;. REFERÊNCIA: SONY NP-F970 https://bit.ly/3JoSHxg	PRODUTO INDIVIDUAL	6
5	Desumidificador Granulado azul; Embalagem fechada à vácuo com, no mínimo, 1 Kg de grânulos de sílica 4mm a 8mm; Sílica com indicação de saturação de humidade (cor azul para rosa quando saturado). Pode ser regenerado e reutilizado quando submetido a temperatura, entre 100 e 200°C, por 20 min; Composição: Substância: Dióxido de Silício Nº CAS: Sílica amorfa 112926-00-8 + 80% Água 7732-18-5 - 20% Cloreto de cobalto - 1% Componente Principal: Silicato de Sódio Nº CAS: Silicato de Sódio 1344-09-8 Fórmula Química: SiO2. REFERÊNCIA: Sílica gel azul https://bit.ly/30AifTh	QUILOGRAMA	10
6	Dispositivo de memória Tecnologia SDXC; Capacidade de armazenamento de 128GB; Velocidade de gravação de, pelo menos, 90MB/s; Velocidade de leitura de, pelo menos, 170MB/s; Compatível com gravação de vídeo em 4K; Velocidades de captura UHS classe 3 e de vídeo classe 30; Inclui software de recuperação de dados apagados acidentalmente; Com chave de proteção de gravação incorporada ao corpo do cartão SD; Cartão micro SD, com adaptador para SD. REFERÊNCIA: SanDisk Extreme PRO SDXC UHS-I https://bit.ly/3zticcf	PRODUTO INDIVIDUAL	20



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	QTDE
7	Suporte Com parafuso de aperto que bloqueia todas as juntas ao mesmo tempo; Ângulo ajustável e alturas; Com, pelo menos, 1 segmento com 2 junções do tipo esfera (cabeças esféricas de 360°); Com 2 ponteiros de rosca de 1/4" 20 para conexão à garra e ao equipamento acessório; Comprimento entre 120mm e 200mm quando totalmente estendido; Pode segurar câmera, luzes, guarda-chuvas, ganchos, prateleiras, placa de vidro, barras cruzadas; liga de alumínio + plástico; Cor preta; Carga mínima de 1,5 kg; Compatível com: Flash, monitor LCD, luz LED com parafuso de 1/4"; Com garra do tipo Super Clamp para fixação em barras;. REFERÊNCIA: BRAÇO MÁGICO ARTICULÁVEL COM SUPER BRAÇADEIRA https://bit.ly/32FpBGp	PRODUTO INDIVIDUAL	12
8	Dispositivo de memória Conexão USB compatível com versões 3.0 e 2.0; Armazenamento em memórias de estado sólido SSD; Capacidade mínima de armazenamento de 1 Terabyte; Compatível com sistema operacional Windows 10; Velocidade de transferência de dados de, pelo menos, 400MB/s; Acompanha cabo USB 3.0. REFERÊNCIA: Seagate Expansion SSD STJD1000400 https://bit.ly/31aiHqp	PRODUTO INDIVIDUAL	4
9	Hélice Kit contendo 1 hélice de giro no sentido horário e 1 hélice de giro no sentido anti-horário; hélices com marcação colorida no encaixe central da mesma cor do eixo do motor de propulsão da aeronave; diâmetro 18,3cm; peso de 4,8g cada hélice. REFERÊNCIA: DJI modelo 7238 hélice de baixo ruído https://bit.ly/3B30I8J	PRODUTO INDIVIDUAL	8

1.1. A prestação de serviços e/ou aquisição, objeto desta licitação deverá ser realizada em rigorosa observância ao Termo de Referência – Anexo I deste Edital e as normas vigentes que a ele se aplicam.

1.2. O valor total máximo aceitável para o objeto desta licitação é de **R\$ 38.178,52 (trinta e oito mil, cento e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos)**, conforme detalhamento no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritas no **SISTEMA** e as especificações técnicas constantes do Edital, prevalecerão as do Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste **PREGÃO** as licitantes que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e em seus anexos.

2.2. A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, atuará como provedor do **SISTEMA**.

2.3. Como condição para participação no certame, a licitante deverá declarar:

- a) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- b) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- h) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso:
 - h.1) nos itens exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a ausência de declaração impedirá o prosseguimento no certame;
 - h.2) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência de declaração apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

2.4. A falsidade da declaração prestadas pela licitante correspondente ao SUBITEM 2.3.b caracteriza crime previsto no artigo 299 do Código Penal, sujeitando-o ainda às sanções previstas no Decreto nº 10.024/2019.

2.5. Não poderá participar deste **PREGÃO** a licitante:

- a) que se encontre em regime de recuperação judicial ou extrajudicial ou ainda com pedido de falência, concurso de credores, processo de insolvência (salvo se o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005);
- b) estrangeira não autorizada a funcionar no país e/ou que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal ou do Distrito Federal, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- d) impedida de licitar e contratar com a União ou suspensa temporariamente de licitar e impedida de contratar com o **TRIBUNAL**;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- e) cujo ramo de atividade não seja pertinente e compatível com o objeto deste **PREGÃO** ou que não estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
 - f) que tenha em seu quadro societário servidor ou dirigente do **TRIBUNAL**;
 - g) com familiar, administrador ou sócio com poder de direção, de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do **TRIBUNAL** ou detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação (art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018);
 - g.1) A vedação abrange apenas a contratação de serviços;
 - g.2) Considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);
 - g.3) É vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado(a) que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no **TRIBUNAL** (art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010).
 - h) cujos proprietários e ou/ sócios exerçam mandato eletivo capaz de ensejar os impedimentos previstos no art. 29, inciso IX c/c e art. 54, I, "a" e II, "a", da Constituição Federal;
 - i) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 2.6. Nos itens (ou grupos, se for o caso) com preço total de referência igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), expressamente indicados no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, somente poderão participar licitantes que atenderem a todas as exigências deste Edital e estiverem enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte e, ainda, devidamente credenciadas no **SISTEMA**.
- 2.6.1 A definição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação levará em conta o que dispuser a Lei Complementar nº 123/2006.
 - 2.6.2 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes desta licitação deverão comprovar seu enquadramento e condição através de Declaração Específica registrada em campo específico do **SISTEMA**, facultado ao **TRIBUNAL** se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento da licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte diante das normas da lei.
- 2.7. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:
- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar Nº 123/2006;
 - d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

2.8. Na hipótese de haver diferença na descrição do objeto registrada no **SISTEMA** (www.compras.gov.br) e nas especificações constantes no Edital, deverá ser considerada a do Edital.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante interessada em participar deste **PREGÃO** deverá providenciar, previamente, o credenciamento perante a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, provedor do **SISTEMA** utilizado nesta licitação, no site www.compras.gov.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao **SISTEMA**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF permite a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no SICAF tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

3.4. O uso da senha de acesso ao **SISTEMA** pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do **SISTEMA** ou ao **TRIBUNAL** responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que provocados por terceiros.

3.5. Caberá à licitante, interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

- a) credenciar-se previamente e se manter credenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- b) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via **SISTEMA**, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
- c) responsabilizar-se formalmente pelo uso da senha de acesso ao **SISTEMA**, inclusive pelas transações efetuadas em seu nome, e assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do **SISTEMA** ou do **TRIBUNAL** por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- d) acompanhar as operações no **SISTEMA** durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo **SISTEMA** ou de sua desconexão;
- e) comunicar imediatamente ao provedor do **SISTEMA** qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do **PREGÃO**;
- g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio; e
- h) conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e os manter atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

h.1) A licitante descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

4. DOS PRAZOS E DA DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

4.1. As licitantes deverão observar as datas e horários, com base no horário de Brasília, previstos para a realização deste **PREGÃO**, nos termos que seguem:

a) Período para recebimento das Propostas de Preços e Documentação de Habilitação	Do dia 27/09/2022 até às 09:00 horas do dia 07/10/2022
b) Data da abertura das Propostas de Preços	Às 09:00 horas do dia 07/10/2022

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Como requisito para participação, as licitantes deverão preencher os “campos” próprios contendo a especificação do objeto, quantidade, preços e, se houver, marca e modelo, atendendo, ainda, ao que dispõe o SUBITEM 2.3 deste Edital, sendo obrigatório o preenchimento do campo **descrição complementar**, onde deverão ser transcritas as especificações dos serviços a serem prestados de forma clara e precisa

5.2 As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do **SISTEMA**, concomitantemente com os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos no Edital, a **PROPOSTA DE PREÇOS** com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 Na hipótese de haver diferença na descrição do objeto registrada no **SISTEMA** (www.compras.gov.br) e nas especificações constantes no Edital, o licitante deverá formular sua proposta de acordo com o que dispuser o Edital.

5.4 A **PROPOSTA DE PREÇOS** será ofertada pelo critério de **VALOR TOTAL POR ITEM**, nas condições definidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.5 Até a data e hora de início da Sessão Pública prevista neste Edital, a licitante poderá acessar o **SISTEMA** para retirar, alterar ou complementar a **PROPOSTA DE PREÇOS**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

formulada. Após o início da Sessão Pública, a proposta não poderá mais sofrer alterações ou ser retirada.

5.6 Os documentos que compõem as **PROPOSTAS DE PREÇOS** das licitantes serão disponibilizados para avaliação do **PREGOEIRO** e para acesso público após o encerramento da etapa de lances. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** de cada licitante somente serão disponibilizados para avaliação do **PREGOEIRO** e para acesso público após aceitação de sua **PROPOSTA DE PREÇOS**.

5.7 As licitantes poderão deixar de apresentar os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** que constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, observadas as restrições do ITEM 10 deste Edital, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DOS AVISOS

6.1. Até a abertura da Sessão Pública, o **PREGOEIRO** poderá expedir avisos no **SISTEMA** para esclarecimento de procedimentos a respeito do certame.

6.2. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública deste **PREGÃO**, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, exclusivamente via e-mail, no endereço: licitacao@tre-ma.jus.br.

6.3. Caberá ao **PREGOEIRO** decidir sobre a impugnação formulada, no prazo de até dois dias úteis, a contar da data de recebimento da impugnação, podendo, se for o caso, auxiliar-se pelo setor requisitante e ainda pela Assessoria Jurídica do **TRIBUNAL**.

6.4. Decairá do direito de impugnar perante o **TRIBUNAL** os termos deste Edital aquele que, aceitando-os sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

6.5. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública deste **PREGÃO**, qualquer licitante poderá apresentar solicitação de esclarecimentos, exclusivamente via e-mail, no endereço: licitacao@tre-ma.jus.br.

6.6. Caberá ao **PREGOEIRO** responder os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis, podendo, se for o caso, auxiliar-se pelo setor requisitante e ainda pela Assessoria Jurídica do **TRIBUNAL**.

6.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não obrigam a suspensão dos prazos previstos no certame, cabendo exclusiva e excepcionalmente ao **TRIBUNAL** esta decisão, de forma motivada.

6.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos apresentadas após as 18h serão considerados, para efeitos dos prazos dos SUBITENS 6.2 e 6.5 como apresentados no primeiro dia útil seguinte, às 8h.

6.9. Os avisos, as impugnações e respectivas decisões, bem como os pedidos de esclarecimentos e suas respostas deverão ser registradas no **SISTEMA** pelo **PREGOEIRO**.

6.10. Se a impugnação for acolhida ou se a resposta aos esclarecimentos importar na modificação do Edital, será definida nova data para abertura da Sessão Pública, sendo o Edital alterado pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original.

6.10.1. Caso a alteração no Edital possa inquestionavelmente afetar a formulação de propostas, o prazo inicialmente estabelecido será reaberto.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 O **PREGOEIRO**, via **SISTEMA**, dará início ao **PREGÃO** com a abertura da Sessão Pública, na data e horário indicados no **ITEM 4** deste Edital.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

7.2 A comunicação entre o **PREGOEIRO** e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagem, em campo próprio do **SISTEMA**.

7.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no **SISTEMA** durante a Sessão Pública do **PREGÃO**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo **SISTEMA** ou de sua desconexão.

7.4 O **PREGOEIRO** verificará as informações previamente cadastradas no sistema, constantes do SUBITEM 5.1 deste Edital, desclassificando desde logo as que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, aquelas que identifiquem o licitante, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

7.4.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no **SISTEMA**, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.5 O **SISTEMA** ordenará, automaticamente as **PROPOSTAS DE PREÇOS** das licitantes classificadas pelo **PREGOEIRO**, sendo que somente elas participarão da fase de lances.

7.6 Ordenadas as **PROPOSTAS DE PREÇOS**, o **PREGOEIRO** dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do **SISTEMA**.

8. DA FASE COMPETITIVA COM A FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar seus lances, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.2 O valor ou percentual da **PROPOSTA DE PREÇOS** será considerado o lance inicial da licitante.

8.3 A cada lance intermediário ofertado, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4 Os lances serão ofertados pelo mesmo critério do **SUBITEM 5.4** deste Edital.

8.5 A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo **SISTEMA**.

8.6 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7 Durante a Sessão Pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante detentora do lance.

8.8 Durante a fase de lances, o **PREGOEIRO** poderá excluir, justificadamente, lances intermediários cujos valores sejam considerados inexeqüíveis.

8.9 Após o encerramento da etapa competitiva de lances, o **PREGOEIRO** deverá encaminhar, pelo **SISTEMA**, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

8.9.1 A negociação será realizada por meio do **SISTEMA**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10 No caso de desconexão do **PREGOEIRO** no decorrer da etapa de lances, se o **SISTEMA** permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

8.10.1 Quando a desconexão do PREGOEIRO persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Pública do PREGÃO será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo PREGOEIRO aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.11 Será adotado para o envio de lances no PREGÃO o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11.1 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

8.11.2 **R\$ 1,00 (um real) para os ITENS 1, 4, 5, 7 e 9;**

8.11.3 **R\$ 5,00 (cinco reais) para o ITEM 3 e 6;**

8.11.4 **R\$ 10,00 (dez reais) para os ITENS 2 e 8.**

8.12 A etapa de lances da Sessão Pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo SISTEMA quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da Sessão Pública.

8.12.1 A prorrogação automática da etapa de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.2 Não havendo novos lances na forma estabelecida acima, encerrar-se-á automaticamente essa fase.

8.12.3 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo SISTEMA, poderá o PREGOEIRO, justificadamente, admitir o reinício da fase de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.13 Nos itens (ou grupos, se for o caso) com preço total de referência superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), expressamente indicados no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, devendo, ainda, a própria empresa declarar, em campo próprio do **SISTEMA**, que atende aos requisitos do art. 3º da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos ali previstos.

8.13.1 O **SISTEMA** identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.13.2 Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de licitantes qualificadas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.13.3 A melhor classificada nos termos do SUBITEM anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.13.4 Caso a licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no SUBITEM anterior.

8.13.5 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o PREGOEIRO passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo SISTEMA, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE

9.1. Finda a fase de lances e a negociação, o **PREGOEIRO** examinará o lance classificado em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço, sendo desclassificado o que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível, passando-se à convocação das licitantes subseqüentes, na ordem de classificação.

9.1.1 Considera-se inexequível o lance que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que não tenham sido estabelecidos limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.1.2 O **PREGOEIRO**, antes de declarar a inexequibilidade, deverá realizar diligências com essa finalidade, convocando previamente a licitante para manifestação.

9.2. Não incorrendo na inadequação ou incompatibilidade do SUBITEM 9.1, o **PREGOEIRO** providenciará a negociação com a licitante, buscando obter proposta mais vantajosa para o TRE-MA.

9.3. A licitante detentora do **MENOR LANCE** deverá encaminhar no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, pelo **SISTEMA**, sua **PROPOSTA DE PREÇOS**, com o valor readequado ao valor do lance vencedor (e, se for o caso, com o valor negociado), bem como os demais dados constantes do SUBITEM 9.6 deste Edital, para sua elaboração.

9.4. Os documentos complementares (quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados), relativos à proposta, serão encaminhados pela licitante convocada no mesmo prazo do SUBITEM 9.3, mediante convocação específica do **PREGOEIRO**.

9.5. O **PREGOEIRO** examinará a **PROPOSTA DE PREÇOS** quanto à compatibilidade do preço e às especificações constantes do SUBITEM 9.6 e do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo desclassificada a que não atender às condições do Edital ou apresentar preços acima do máximo estabelecido ou for manifestamente inexequível, passando-se à convocação das licitantes subseqüentes, na ordem de classificação.

9.6. A **PROPOSTA DE PREÇOS** deverá conter as seguintes informações:

- a) Razão Social da Pessoa Jurídica, com endereço e número do CNPJ;
- b) Preços unitários e totais, consoante tabela de formação de preços constante do Termo de Referência – Anexo I deste Edital e abaixo, em reais, em algarismos, inclusas todas as despesas que resultem no custo das aquisições, tais como impostos, taxas, transportes, materiais utilizados, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos e quaisquer outras despesas, que incidirem na aquisição e/ou prestação de serviços.

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	SUBTOTAL
------------	------------------	----------------------------	------	----------------------------	----------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	SUBTOTAL
1	Álcool Pureza de, no mínimo, 98%; Embalagem plástica ou vidro. REFERÊNCIA: 5 litros 99,8% https://bit.ly/2E3GGiX	LITRO	10	R\$	R\$
2	Bateria elétrica Compatível com aeronave não tripulada (drone) DJI Mavic Air 2; Bateria de íon-lítio de polímero de três células; Capacidade nominal de, no mínimo, 3500 mAh, 40,42 Wh (valor típico); Tensão nominal de 11,55 V; Tensão de carga limitada a 13,2 V; Temperatura de carga entre -10 ° a 60 ° C; Temperatura de descarga entre 5 ° a 40 ° C; Peso de, no máximo, 200 g; Potência máx. de carregamento de 38 W; Com Sistema DJI Inteligente de Gestão de Bateria embutido, permitindo o monitoramento e relatório das características de operação da bateria por parte da aeronave; Com proteção contra sobrecarga e sobredescarga; Autonomia de voo de, pelo menos, 31 minutos. REFERÊNCIA: Bateria DJI Mavic Air <u>2</u> https://bit.ly/3ywBe0A	PRODUTO INDIVIDUAL	6	R\$	R\$
3	Bateria elétrica compatível com as câmera DSLR Canon EOS 70D e 80D; tecnologia íons de lítio; Tensão de 7,2 V; autonomia mínima de 2130mAh. REFERÊNCIA: LP-E6NH https://bit.ly/3PQjXao	PRODUTO INDIVIDUAL	8	R\$	R\$
4	Bateria elétrica Compatível com filmadora SONY HXR-MC2500; Voltagem de Saída: 7,2 V; Capacidade mínima : 6600 mAh; Com microprocessador interno que comunica à câmera a autonomia remanescente; Intercambiável com bateria Sony NP-F970;. REFERÊNCIA: SONY NP-F970 https://bit.ly/3JoSHxg	PRODUTO INDIVIDUAL	6	R\$	R\$



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	SUBTOTAL
5	Desumidificador Granulado azul; Embalagem fechada à vácuo com, no mínimo, 1 Kg de grânulos de sílica 4mm a 8mm; Sílica com indicação de saturação de humidade (cor azul para rosa quando saturado). Pode ser regenerado e reutilizado quando submetido a temperatura, entre 100 e 200°C, por 20 min; Composição: Substância: Dióxido de Silício Nº CAS: Sílica amorfa 112926-00-8 + 80% Água 7732-18-5 - 20% Cloreto de cobalto - 1% Componente Principal: Silicato de Sódio Nº CAS: Silicato de Sódio 1344-09-8 Fórmula Química: SiO₂. REFERÊNCIA: Silica gel azul https://bit.ly/30AifTh	QUILOGRAM A	10	R\$	R\$
6	Dispositivo de memória Tecnologia SDXC; Capacidade de armazenamento de 128GB; Velocidade de gravação de, pelo menos, 90MB/s; Velocidade de leitura de, pelo menos, 170MB/s; Compatível com gravação de vídeo em 4K; Velocidades de captura UHS classe 3 e de vídeo classe 30; Inclui software de recuperação de dados apagados acidentalmente; Com chave de proteção de gravação incorporada ao corpo do cartão SD; Cartão micro SD, com adaptador para SD. REFERÊNCIA: SanDisk Extreme PRO SDXC UHS-I https://bit.ly/3zticcf	PRODUTO INDIVIDUAL	20	R\$	R\$
7	Suporte Com parafuso de aperto que bloqueia todas as juntas ao mesmo tempo; Ângulo ajustável e alturas; Com, pelo menos, 1 segmento com 2 junções do tipo esfera (cabeças esféricas de 360°); Com 2 ponteiros de rosca de 1/4" 20 para conexão à garra e ao equipamento acessório; Comprimento entre 120mm e 200mm quando totalmente estendido; Pode segurar câmera, luzes, guarda-chuvas, ganchos, prateleiras, placa de vidro, barras cruzadas; liga de alumínio + plástico; Cor preta; Carga mínima de 1,5 kg; Compatível com: Flash, monitor LCD, luz LED com parafuso de 1/4 "; Com garra do tipo Super Clamp para fixação em barras;. REFERÊNCIA: BRAÇO MÁGICO ARTICULÁVEL COM SUPER BRAÇADEIRA https://bit.ly/32FpBGp	PRODUTO INDIVIDUAL	12	R\$	R\$



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	SUBTOTAL
8	Dispositivo de memória Conexão USB compatível com versões 3.0 e 2.0; Armazenamento em memórias de estado sólido SSD; Capacidade mínima de armazenamento de 1 Terabyte; Compatível com sistema operacional Windows 10; Velocidade de transferência de dados de, pelo menos, 400MB/s; Acompanha cabo USB 3.0. REFERÊNCIA: Seagate Expansion SSD STJD1000400 https://bit.ly/31aiHqp	PRODUTO INDIVIDUAL	4	R\$	R\$
9	Hélice Kit contendo 1 hélice de giro no sentido horário e 1 hélice de giro no sentido anti-horário; hélices com marcação colorida no encaixe central da mesma cor do eixo do motor de propulsão da aeronave; diâmetro 18,3cm; peso de 4,8g cada hélice. REFERÊNCIA: DJI modelo 7238 hélice de baixo ruído https://bit.ly/3B30I8J	PRODUTO INDIVIDUAL	8	R\$	R\$

b.1) Os preços propostos não poderão ser superiores aos valores estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sob pena de desclassificação;

c) Prazo de validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura da Sessão Pública;

d) Características dos serviços/produtos ofertados, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

e) Condições de fornecimento e prazos, conforme estabelecido no ITEM 11 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

f) Prazos de garantia, conforme indicado na descrição dos itens no Anexo I do Termo de Referência

g) Dados da licitante tais como: telefone, e-mail, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento (facultada a apresentação destas informações quando da contratação);

9.7. O **PREGOEIRO**, no julgamento das propostas, poderá realizar diligências ou requisitar informações, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre elas, sem implicar modificação de seu teor ou inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente.

9.6.1 A não apresentação das informações solicitadas implicará no julgamento no estado em que se encontram as propostas, podendo resultar em sua desclassificação.

9.8. No julgamento da proposta, o **PREGOEIRO** poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, fundamentando e registrando sua decisão no **SISTEMA**.

9.9. O **PREGOEIRO** poderá solicitar à licitante o envio de **PROPOSTA DE PREÇOS** retificada, para correção de erros formais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

9.10. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o **PREGOEIRO** poderá suspender o **PREGÃO** e marcar nova data para seu julgamento, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes.

9.11. O **PREGOEIRO** poderá encaminhar a **PROPOSTA DE PREÇOS** para análise técnica de setor competente ou da autoridade superior.

9.12. A classificação das propostas dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO**, sendo considerada vencedora a que ofertar o **MENOR LANCE** e que atender às condições do Edital.

9.13. Decorrido o prazo de validade da **PROPOSTA DE PREÇOS** sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, cabendo, no caso, negociação com o **TRIBUNAL** para manter o preço proposto.

9.14. O **TRIBUNAL** poderá solicitar à licitante a prorrogação do prazo de validade da **PROPOSTA DE PREÇOS** por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado à licitante recusar ou aceitar o pedido; no caso de concordância, a **PROPOSTA DE PREÇOS** não poderá ser modificada.

9.15. Verificando-se discordância entre o preço unitário e o total da **PROPOSTA DE PREÇOS**, prevalecerá o primeiro, sendo corrigido o preço total; ocorrendo divergência entre valores numéricos e os por extenso, prevalecerão os últimos. Se a licitante não aceitar a correção de tais erros, ocorrerá sua desclassificação, convocando-se a licitante subsequentemente classificada, se houver.

9.16. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação da **PROPOSTA DE PREÇOS** serão de responsabilidade exclusiva da licitante.

9.17. A apresentação da **PROPOSTA DE PREÇOS** obriga a licitante vencedora ao cumprimento de todas as condições deste Edital, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital e na legislação aplicada à espécie.

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Após aceitação da proposta, o **PREGOEIRO**, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, verificará o eventual descumprimento das condições de participação quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante verificação aos seguintes cadastros:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

b) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

10.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também do sócio (a) majoritário (a), por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

10.1.2 Constatada a existência de sanção, o **PREGOEIRO** reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

10.1.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o **PREGOEIRO** diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, devendo convocar previamente a licitante para manifestação.

10.1.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.2. Não incorrendo a licitante em sanções impeditivas, o **PREGOEIRO** consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à sua habilitação jurídica e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

à regularidade fiscal e trabalhista, e, se for o caso, em relação à qualificação econômica financeira e/ou habilitação técnica.

10.3. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da Sessão Pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da **PROPOSTA DE PREÇOS**, a respectiva documentação atualizada.

10.3.1 Em se tratando de documentos não contemplados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF ou se as informações do SICAF não estiverem atualizadas na data de abertura da Sessão Pública, a licitante deverá encaminhar, em conjunto com a apresentação da **PROPOSTA DE PREÇOS**, a respectiva documentação atualizada.

10.3.2 O descumprimento acima implicará na inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo **PREGOEIRO** lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.3.2.1 A indisponibilidade de consulta, ainda que temporária, por qualquer motivo, ao sítio eletrônico oficial, no momento da verificação pelo **PREGOEIRO**, também importará em inabilitação da licitante.

10.3.3 Se os documentos apresentados na forma do SUBITEM 5.2 deste Edital vencerem após a data de abertura da Sessão Pública (e se as informações no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF continuarem desatualizadas ou tais documentos não estejam previstos no SICAF), o **PREGOEIRO** deverá convocar a licitante para apresentação dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** atualizados no prazo do SUBITEM 10.4 deste Edital caso não seja possível ou não logre êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s) na consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões.

10.4. Havendo a necessidade de envio de **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via **SISTEMA**, no prazo de 04 (quatro) horas, sob pena de inabilitação.

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.8. Ressalvado o disposto nos SUBITEMS 5.7 e 10.3, as licitantes deverão encaminhar, nos termos do SUBITEM 5.2, a documentação relacionada a seguir, para fins de habilitação:

10.8.1 Habilitação jurídica:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.8.1.1 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.8.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- c)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;
- e)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - e.1) caso seja considerada isenta dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f)** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - f.1) caso seja considerada isenta dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

10.8.2.1 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006, sob pena de inabilitação.

10.8.3 Documentos necessários à verificação da qualificação econômico-financeira:

a) Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante, com emissão de até 60 dias da abertura da licitação;

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.8.4. Documentos necessários à comprovação técnico-operacional da licitante:

a) A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha fornecido bens compatíveis, em quantidade e qualidade, como os que estão especificados neste Termo de Referência;

10.9 Desde que atenda a todas as demais exigências do Edital e observado o disposto no SUBITEM 10.8.2.1, constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e/ou trabalhista de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o certame será suspenso e a licitante será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério do PREGOEIRO, quando requerida pela licitante, mediante justificativa apresentada dentro dos primeiros 5 (cinco) dias úteis.

10.9.1 A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após esses prazos de regularização fiscal e/ou trabalhista.

10.9.2 A não-regularização fiscal e/ou trabalhista no prazo previsto no SUBITEM anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a continuidade do certame, convocando-se a licitante subsequente classificada, se houver.

10.10 Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, o **PREGOEIRO** poderá suspender o **PREGÃO** e marcar nova data para seu julgamento, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes.

10.11 O **PREGOEIRO** poderá encaminhar os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** para análise técnica de setor competente ou da autoridade superior.

10.12 O **PREGOEIRO**, constatando que a licitante atende a todas as condições de habilitação exigidas neste Edital, proclamá-la-á HABILITADA. Aquela que deixar de apresentar a documentação exigida ou apresentar de forma irregular será proclamada INABILITADA.

10.13 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

11.1. Declarada a vencedora, o **PREGOEIRO** abrirá prazo de 30 (trinta) a 40 (quarenta) minutos, em campo próprio do **SISTEMA**, para manifestação de intenção de recurso da licitante.

11.1.1. A intenção de recurso deverá indicar qual(uais) decisão(ões) pretende recorrer, sob pena de inadmissão pelo **PREGOEIRO**.

11.1.2. O **PREGOEIRO** não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2. A licitante que tiver sua intenção de recurso admitida pelo **PREGOEIRO** deverá registrar as razões recursais, em campo próprio do **SISTEMA**, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitante, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via **SISTEMA**, em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2.1 Decorridos esses prazos, o **PREGOEIRO** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para proferir sua decisão.

11.2.2 Caso não reconsidere sua decisão, o **PREGOEIRO** submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade superior do **TRIBUNAL**, que proferirá decisão definitiva, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da Sessão Pública ou a falta de apresentação das razões recursais no prazo do SUBITEM 11.2 implica em decadência desse direito, ficando o **PREGOEIRO** autorizado a adjudicar o serviço à licitante vencedora.

11.5. Os autos do processo licitatório permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, no endereço indicado neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A Sessão Pública poderá ser reaberta nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da Sessão Pública precedente ou em que seja anulada a própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Declarada a vencedora e não havendo manifestação de recursos, o **PREGOEIRO**, através do **SISTEMA**, fará a adjudicação do objeto desta licitação à vencedora e, em seguida, encaminhará os autos à autoridade superior do **TRIBUNAL** para fins de homologação.

13.1.1. Para os itens em que houver recurso, caberá à autoridade superior os procedimentos de adjudicação do objeto.

13.2. A autoridade superior procederá à homologação do certame, após verificar cumpridos os requisitos deste Edital e da legislação aplicável.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

garantido o direito à ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a. não assinar o Contrato e/ou a Ata de Registro de Preços;
- b. não entregar a documentação exigida no edital;
- c. apresentar documentação falsa;
- d. causar o atraso na execução do objeto;
- e. não manter a proposta;
- f. falhar na execução contratual;
- g. fraudar a execução contratual;
- h. comportar-se de modo inidôneo;
- i. declarar informações falsas; e
- j. cometer fraude fiscal.

14.2. Deverão ser observadas, ainda, as disposições previstas na **CLÁUSULA NONA** da Minuta do Contrato – Anexo II deste Edital.

14.3. Os atos administrativos de aplicação de sanções serão publicados no Diário Oficial da União e registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

14.4. A autoridade superior, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15. DO PAGAMENTO:

15.1. De acordo com a **CLÁUSULA TERCEIRA** da Minuta do Contrato – Anexo II deste Edital.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

16.1. O **TRIBUNAL** obriga-se a cumprir todas as exigências editalícias, inclusive as que estão estabelecidas na **CLÁUSULA QUARTA** da Minuta do Contrato – Anexo II deste Edital.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

17.1. A licitante vencedora obriga-se a cumprir todas as exigências editalícias, inclusive as que estão estabelecidas na **CLÁUSULA QUINTA** da Minuta do Contrato – Anexo II deste Edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O edital deste **PREGÃO** se encontra disponível nos endereços eletrônicos www.compras.gov.br e www.tre-ma.jus.br.

19.2. Quaisquer informações relativas a esta licitação serão prestados pelo **PREGOEIRO** e membros da equipe de apoio na **Seção de Análise e Licitações - SELIC**, localizada no primeiro andar do Anexo ao Prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, situado na Av. Senador Vitorino Freire, s/n, Areinha, São Luís, através dos telefones: (98) 2107-8876/8823, ou pelo e-mail licitacao@tre-ma.jus.br, em dias úteis, de segunda a quinta-feira, no horário das 13 às 19h e na sexta-feira, das 8h às 14h, obedecidos os seguintes critérios:

- a) Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e o **TRIBUNAL**;
- b) Os casos omissos serão resolvidos pelo **PREGOEIRO**, que decidirá com base nas normas conduzidas pela legislação em vigor aplicada à espécie.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

19.3. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no **SISTEMA**, imediatamente disponibilizada na *internet*, para acesso livre.

19.4. Fazem parte integrante deste Edital o Anexo I – Termo de Referência, Anexo II - Minuta do Contrato.

São Luís, 22 de setembro de 2022.

KÁTIA LIMA SILVA MIRANDA

Chefe da SELIC



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de materiais de consumo para uso em produção e pós-produção de vídeos com o fim de educação institucional.

2. JUSTIFICATIVA

Trata-se de aquisição para substituição e manutenção de consumíveis, materiais deteriorados pelo uso contínuo (mecânicos, flexíveis etc) no Estúdio de Produções Audiovisuais deste tribunal e expansão do espaço de armazenamento de vídeos e áudios produzidos.

3. MACRODESAFIO

A presente contratação está alinhada ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRE-MA.

Esta aquisição alinha-se ao seguinte macrodesafio estratégico do Plano Estratégico institucional e respectivo indicador:

Promover a gestão do conhecimento - Engajamento na disseminação de conhecimento.

4. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E FUNDAMENTO LEGAL

- 4.1.** A contratação será realizada mediante procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do TIPO MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 10.520/2002 c/c Dec. 10.024/2019.
- 4.2.** Será considerada vencedora a licitante que atender as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital, bem como que ofertar o MENOR PREÇO POR ITEM, inclusos todos os custos diretos e indiretos pertinentes ao fornecimento dos bens, não sendo aceitos preços acima dos valores de referência estimados neste instrumento.
- 4.3.** Por tratar-se de aquisição de bens de consumo, não contemplar soluções de TI e serem itens consumíveis e de substituição que não depende agenda periódica mas sim do estado de deterioração pós uso (estado este imprevisível), a contratação não está prevista no PAC e não é passível de aplicação dos requisitos presentes ao Dec nº 7174/2010 que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação.

5. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

A lista de materiais para aquisição, com descrição, motivo, quantidade e preço estimado encontra-se no **ANEXO 1** deste Termo de Referência.

6. DOS PREÇOS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os preços estimados que constituem o investimento em questão estão detalhados no **ANEXO 1** citado no **item 5** deste Termo de Referência.

A realização da despesa, orçada no valor global de **R\$ 38.178,52 (trinta e oito mil, cento e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos)**, ocorrerá por conta dos recursos destinados à SETED.

7. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 7.1.** O pagamento será efetuado por ordem bancária em conta corrente do fornecedor no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento definitivo do objeto, formalizado mediante ateste por parte do fiscal designado pela CONTRATANTE, na Nota Fiscal expedida pela CONTRATADA;
- 7.2.** O pagamento de que se trata o subitem anterior só será efetivado se a contratada estiver em situação regular junto ao SICAF;
- 7.3.** Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 7.4.** Antes do pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 7.5.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;
- 7.6.** Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência e adotará as medidas necessárias à rescisão contratual, salvo se por interesse público de alta relevância, devidamente justificado, for mais conveniente para a Administração a manutenção do contrato;
- 7.7.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;
- 7.8.** Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que porventura ocorrerem serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;
- 7.9.** As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES deverão anexar à Nota Fiscal, cópia do documento comprobatório da inscrição.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- 8.1.** Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a(s) Contratada(s) possa(m) fornecer os materiais e equipamentos dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência;
- 8.2.** Fornecer à(s) Contratada(s), a qualquer tempo, toda a informação que julgar pertinente aos fornecimentos dos produtos, no intuito do bom desenvolvimento da execução do compromisso assumido;
- 8.3.** Emitir e publicar notas de empenho a crédito dos fornecedores nos valores totais correspondentes aos materiais solicitados pela Administração;
- 8.4.** Enviar uma via da nota de empenho emitida em favor de cada fornecedor;
- 8.5.** A Contratante se reserva o direito de acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato por meio de um representante da Administração, que determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 8.6.** Comunicar à(s) Contratada(s), tão logo constate casos de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções durante o fornecimento para que a(s) mesma(s) adote(m) as medidas indispensáveis ao bom andamento do que foi solicitado;
- 8.7.** Exigir da(s) empresa(s) Contratada(s) integral responsabilidade pela boa execução e eficiência do(s) contrato(s) celebrado(s), mormente no que se refere ao fornecimento dos produtos licitados;
- 8.8.** Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a(s) Contratada(s), efetuando todos os pagamentos devidos de acordo com as condições de prazo e preços pactuados no(s) contrato(s);
- 8.9.** Efetuar os pagamentos após a entrega e recebimento definitivo dos produtos, devendo as notas fiscais/faturas estarem devidamente atestadas pelo fiscal do contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1.** Realizar a entrega dos itens no prazo determinado, em observância às especificações previstas neste Termo de Referência, responsabilizando-se pela substituição dos itens que, porventura, estejam fora das especificações e/ou tenham sofrido alguma espécie de dano;
- 9.2.** Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, conforme exigências vistas no item 11;
- 9.3.** Entregar o objeto licitado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento pela Contratada da nota de empenho. Caso a contratada não confirme o recebimento em até 24 horas após o envio, o prazo de entrega será contado a partir do quarto dia subsequente à data do envio da nota de empenho pelo fiscal do contrato;
- 9.4.** Realizar a cobertura de garantia dos itens de acordo com o indicado no ANEXO 1 do Termo de Referência, a contar do seu recebimento definitivo;
- 9.5.** Efetuar a reposição dos itens licitados, em caso de estes apresentarem defeitos, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que a empresa for comunicada, sem prejuízo da garantia de fabricação, para efeito de reposição;
- 9.6.** Assumir os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas necessárias à boa e perfeita entrega do objeto contratado;
- 9.7.** Indicar, por escrito, um preposto para tratar sobre as questões atinentes ao contrato, fornecendo seu número de telefone e e-mail;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- 9.8.** Manter atualizados os canais disponibilizados para comunicação com a contratante;
- 9.9.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.10.** Não subcontratar, ceder ou transferir qualquer parte do objeto licitatório, salvo se houver anuência prévia e expressa da CONTRATANTE.

10. DAS SANÇÕES

- 10.1.** O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações assumidas pela Contratada, sem justificativas acatadas pela Administração, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com a União, bem como descredenciamento do SICAF, a critério da Administração, garantida a prévia defesa;
- 10.2.** As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela Contratada, nos seguintes casos:
 - 10.2.1.** Multa moratória de 0,8% (oito décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso na entrega ou atraso na substituição do produto, até o 30º (trigésimo) dia, a partir do qual será considerada inexecução total da parcela, cumulada com multa compensatória de até 20% sobre o valor do empenho e rescisão contratual;
 - 10.2.2.** Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para as hipóteses previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002, c/c o Art. 28 do Decreto nº 5450/2005.
- 10.3.** Para as hipóteses de descumprimento parcial do contrato, será aplicada multa compensatória de até 15% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato, sem prejuízo das demais hipóteses previstas na legislação:
 - 10.3.1.** a entrega de produtos diversos dos especificados neste Termo de Referência ou dos oferecidos pela licitante em sua proposta, desde que devidamente substituídos após notificação da CONTRATANTE;
 - 10.3.2.** a apresentação dos materiais e equipamentos em embalagens violadas ou com indícios de má conservação, hipótese em que o recebimento poderá ser rejeitado;
 - 10.3.3.** a entrega parcial dos produtos solicitados;
 - 10.3.4.** A subcontratação do objeto licitado, ainda que parcial, sem anuência prévia e expressa da CONTRATANTE.
- 10.4.** A critério da Administração, na hipótese de descumprimento parcial prevista no item 10.3.3 (subitem anterior), caso seja conveniente, poderá o objeto ser aceito, sem prejuízo da multa compensatória correspondente e glosa na nota de empenho do valor correspondente à parcela não cumprida;
- 10.5.** Para as hipóteses de descumprimento total do contrato será aplicada multa compensatória de até 20% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento total do contrato:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- 10.5.1.** a não entrega dos materiais e equipamentos solicitados ou a não substituição de produtos diversos dos especificados neste Termo de Referência ou dos oferecidos pela licitante em sua proposta;
- 10.5.2.** a recusa injustificada em assinar o termo contratual ou em receber a nota de empenho;
- 10.5.3.** reincidência nas hipóteses previstas nos itens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 (subitens do item 10.3).
- 10.6.** Qualquer uma das sanções administrativas poderá, a juízo da Administração e havendo compatibilidade, ser aplicada de forma concomitante;
- 10.7.** O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao fornecedor;
- 10.8.** Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;
- 10.9.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor, será encaminhada para inscrição em dívida ativa;
- 10.10.** As penalidades serão registradas no SICAF;
- 10.11.** Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e da ampla defesa, no prazo de até 5 (cinco) dias a contar do dia em que a licitante tomar conhecimento dos fatos;
- 10.12.** A aplicação de sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Administração Pública;
- 10.13.** Em caso de não regularização da documentação entregue anexa à nota fiscal, após o decurso do prazo concedido pela Contratante, o contrato poderá ser rescindido e será aplicada multa de 15% sobre o valor do empenho.

11. ESTRATÉGIAS DE FORNECIMENTO E PRAZOS

- 11.1.** O prazo de garantia de cada item será o indicado na descrição do mesmo no **ANEXO 1** deste Termo de Referência.
- 11.2.** O cumprimento do objeto do presente Termo de Referência compreende o fornecimento e a entrega do objeto licitado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento pela Contratada da nota de empenho ou de sua publicação no Diário Oficial da União, o que vier primeiro. Caso a contratada não confirme o recebimento em até 24 horas após o envio, o prazo de entrega será contado a partir do quarto dia subsequente à data do envio da nota de empenho pelo fiscal do contrato.
- 11.3.** A entrega deverá ser feita à Seção de Tecnologias Educacionais do TRE-MA, localizado na Avenida Vitorino Freire, s/n – Areinha – São Luís - MA, no horário de expediente em dias úteis (segunda a quinta, das 13h00 às 19h00, e sexta, das 08h00 às 14h00).
- 11.4.** A retirada dos materiais/equipamentos dos veículos transportadores e a remoção destes até o local de entrega ficará por conta do fornecedor.
- 11.5.** Os itens/produtos deverão ser entregues acondicionados. A embalagem deverá possuir identificação externa contendo no mínimo a descrição do bem.
- 11.6.** Todos os bens deverão ser seguramente embalados com material reciclável (Lei nº 12.305/2010, art. 32).
- 11.7.** As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou reciclagem.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

- 11.8.** Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:
 - 11.8.1.** Restritivas, em volume e peso, às dimensões requeridas à proteção do conteúdo;
 - 11.8.2.** Projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências ao produto que contém;
 - 11.8.3.** Recicladas, se a reutilização não for possível.
- 11.9.** A contratada deverá efetuar a reposição dos itens e/ou a troca de equipamentos, em caso de estes apresentarem defeitos, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que a empresa for comunicada, sem prejuízo da garantia de fabricação, para efeito de reposição.
- 11.10.** O objeto desta licitação será recebido provisoriamente pela Seção de Tecnologias Educacionais do TRE/MA, sendo o recebimento provisório apenas a simples conferência física dos materiais. O recebimento definitivo dos materiais/equipamentos deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, depois de verificado o correto funcionamento dos itens, mediante ateste de recebimento pela CONTRATANTE diretamente na Nota Fiscal/fatura.
- 11.11.** O recebimento não exclui a responsabilidade civil da adjudicatária. Assim, mesmo entregue e recebido definitivamente, o componente fica sujeito à substituição pela adjudicatária, desde que comprovada a existência de problemas cuja verificação seja possível no decorrer de sua utilização e no prazo de garantia do produto.
- 11.12.** A entrega de produtos ou componentes, que não estejam de acordo com as especificações contidas na proposta, implicará a recusa no recebimento, por parte do TRE-MA, que colocará o objeto à disposição da adjudicatária para substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem que acarrete despesa adicional para o TRE-MA, subordinando-se, por conseguinte, a adjudicatária, às penalidades previstas.
- 11.13.** A instalação dos equipamentos, quando necessária, ficará a cargo da Contratante.

12. DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 12.1.** A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha fornecido bens compatíveis, em quantidade e qualidade, como os que estão especificados neste Termo de Referência;
- 12.2.** Caso seja necessário, a CONTRATANTE poderá diligenciar junto à licitante acerca das declarações prestadas;
- 12.3.** Documentos necessários à verificação da qualificação econômico-financeira:
 - 12.3.1.** Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante, com emissão de até 60 dias da abertura da licitação;
 - 12.3.2.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

13. DO FISCAL DO CONTRATO

Ficam designados os servidores **EDSON CARLOS FERNANDES GARCIA** e **CARLOS ROGÉRIO PENHA FREIRE**, ambos lotados no Gabinete da Coordenadoria de Desenvolvimento, Educação e Saúde - CODES / SGP, como fiscais titular e substituto, respectivamente, do presente Contrato, cabendo aos mesmos solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração tempestivamente todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia de documentos descritos que comprovem essas solicitações de providências, ordenar à Contratada corrigir, substituir os objetos entregues que apresentarem erros, imperfeições ou estejam em desacordo com as especificações e, ainda, realizar o Aceite definitivo previsto no item 10.

14. DO FORO

O foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem da utilização da presente ATA, será o da Justiça Federal, da cidade de São Luís, Seção Judiciária do Maranhão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei no 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

R\$ 38.178,52 (trinta e oito mil, cento e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) em material de consumo (339030).

EDSON CARLOS FERNANDES GARCIA
Seção de Tecnologias Educacionais / SGP
Matrícula 3099939



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

INVESTIMENTO: R\$ 38.178,52 EM BENS DE CONSUMO(339030)

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	REFERÊN CIA FOTO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	CLASSIFIC AÇÃO CONTÁBIL	GARANT IA MÍNIMA	PREÇO UNITÁRIO O MÉDIO	QTDE	SUBTOT AL	JUSTIFICATIV A DE USO, QUALIDADE E QUANTIDADE
1	Álcool Pureza de, no mínimo, 98%; Embalagem plástica ou vidro. REFERÊNCIA: 5 litros 99,8% https://bit.ly/2E3GGiX .		LITRO	Material de Consumo 333903022 - Material de Limpeza e Produtos de Higienizaçã o	3 meses	R\$ 58,47	10	R\$ 584,70	Limpeza dos sensores óticos e lentes usadas, evitando proliferação de fungos sobre esses elementos que poderiam inutilizar os equipamentos. Uma vez atacados, os elementos óticos são irrecuperáveis. A baixa quantidade de água no isopropanol é propícia para o combate a fungos e o baixo índice de ataque como solvente protege os materiais sensíveis. 82,65ml (aplicados em 4 câmeras e 4 lentes) x 121 dias (1x a cada 3 dias) = 10.000,65ml



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA FOTO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	GARANTIA MÍNIMA	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	QTDE	SUBTOTAL	JUSTIFICATIVA DE USO, QUALIDADE E QUANTIDADE
2	Bateria elétrica Compatível com aeronave não tripulada (drone) DJI Mavic Air 2; Bateria de íon-lítio de polímero de três células; Capacidade nominal de, no mínimo, 3500 mAh, 40,42 Wh (valor típico); Tensão nominal de 11,55 V; Tensão de carga limitada a 13,2 V; Temperatura de carga entre -10 ° a 60 ° C; Temperatura de descarga entre 5 ° a 40 ° C; Peso de, no máximo, 200 g; Potência máx. de carregamento de 38 W; Com Sistema DJI Inteligente de Gestão de Bateria embutido, permitindo o monitoramento e relatório das características de operação da bateria por parte da aeronave; Com proteção contra sobrecarga e sobredescarga; Autonomia de voo de, pelo menos, 31 minutos. REFERÊNCIA: Bateria DJI Mavic Air <u>2</u> https://bit.ly/3ywBe0A		PRODUTO INDIVIDUAL	Material de Consumo 333903026 - Material Elétrico e Eletrônico	3 meses	R\$ 1.541,80	6	R\$ 9.250,80	Alimentação elétrica das aeronaves não tripuladas (drone) do Estúdio. As características especificadas são pertinentes aos modelos das aeronaves já adquiridas, tendo sido listadas todas as funções compatíveis com esses equipamentos. Duração média do consumo para cada sessão de gravação, incluindo testes pré-vôo, calibração de sensores, captação de imagens e reserva de 20% para retorno seguro em caso de emergência/urgência = 1h30; 1h30 de autonomia = 3 baterias de 31 minutos (3500 mAh); 3 baterias x 2 aeronaves = 6 baterias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA FOTO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	GARANTIA MÍNIMA	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	QTDE	SUBTOTAL	JUSTIFICATIVA DE USO, QUALIDADE E QUANTIDADE
3	Bateria elétrica compatível com as câmeras DSLR Canon EOS 70D e 80D; tecnologia íons de lítio; Tensão de 7,2 V; autonomia mínima de 2130mAh. REFERÊNCIA: LP-E6NH https://bit.ly/3PQjXao		PRODUTO INDIVIDUAL	Material de Consumo 333903026 - Material Elétrico e Eletrônico	3 meses	R\$ 857,57	8	R\$ 6.860,56	Alimentação elétrica das câmeras DSLR que captarão as imagens que constituirão os vídeos finais. As características especificadas são pertinentes ao único modelo de bateria, com a maior autonomia, compatível com os 2 modelos de câmera do estúdio. 8 unid (deste pregão) + 8 unid (patrimônio atual) = 16 baterias. 16 bat / 4 câmeras = 4 bat/câmera. corrente de consumo da câmera = 1800mA. (4 bat * 1865mAh)/3600mA = 124min



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA FOTO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	GARANTIA MÍNIMA	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	QTDE	SUBTOTAL	JUSTIFICATIVA DE USO, QUALIDADE E QUANTIDADE
4	Bateria elétrica Compatível com filmadora SONY HXR-MC2500; Voltagem de Saída: 7,2 V; Capacidade mínima : 6600 mAh; Com microprocessador interno que comunica à câmera a autonomia remanescente; Intercambiável com bateria Sony NP-F970;. REFERÊNCIA: SONY NP-F970 https://bit.ly/3JoSHxg		PRODUTO INDIVIDUAL	Material de Consumo 333903026 - Material Elétrico e Eletrônico	3 meses	R\$ 344,24	6	R\$ 2.065,44	Alimentação elétrica de filmadora, iluminadores LED e monitores FPV DSLR. As características especificadas são pertinentes ao único modelo de bateria compatível com o modelos dos equipamentos citados. corrente de consumo da filmadora = 7300mA. corrente de consumo do iluminador LED = 3700mA. corrente de consumo do monitor FPV = 3500mA. 1 filmadora + 4 iluminadores + 5 monitores FPV = 39600mA. 6 bat (deste pregão) + 6 bat (patrim atual) = 12 bat = 79200mAh 79200mAh/39600mA = 120min



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA FOTO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	GARANTIA MÍNIMA	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	QTDE	SUBTOTAL	JUSTIFICATIVA DE USO, QUALIDADE E QUANTIDADE
5	Desumidificador Granulado azul; Embalagem fechada à vácuo com, no mínimo, 1 Kg de grânulos de sílica 4mm a 8mm; Sílica com indicação de saturação de humidade (cor azul para rosa quando saturado). Pode ser regenerado e reutilizado quando submetido a temperatura, entre 100 e 200°C, por 20 min; Composição: Substância: Dióxido de Silício Nº CAS: Sílica amorfa 112926-00-8 + 80% Água 7732-18-5 - 20% Cloreto de cobalto - 1% Componente Principal: Silicato de Sódio Nº CAS: Silicato de Sódio 1344-09-8 Fórmula Química: SiO₂. REFERÊNCIA: Sílica gel azul https://bit.ly/30AifTh		QUILOGRAMA	Material de Consumo 333903022 - Material de Limpeza e Produtos de Higienização	3 meses	R\$ 114,17	10	R\$ 1.141,70	Prevenir a formação de mofo e oxidação nos equipamentos óticos do estúdio. Manutenção dos elementos óticos em ambiente com humidade relativa menor do que 40% para evitar o aparecimento de fungos sobre os sensores e lentes. Não temos reserva desses elementos. As características especificadas de tamanho de grão visam evitar a quebra das células por pressão atmosférica, gerando poeira prejudicial aos sensores das câmeras e lentes. A mudança de coloração, quando da saturação de umidade, permite-nos identificar esse estado visualmente, sem a necessidade de adquirir equipamentos específicos para essa medição volume do recipiente para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA FOTO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	GARANTIA MÍNIMA	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	QTDE	SUBTOTAL	JUSTIFICATIVA DE USO, QUALIDADE E QUANTIDADE
6	Dispositivo de memória Tecnologia SDXC; Capacidade de armazenamento de 128GB; Velocidade de gravação de, pelo menos, 90MB/s; Velocidade de leitura de, pelo menos, 170MB/s; Compatível com gravação de vídeo em 4K; Velocidades de captura UHS classe 3 e de vídeo classe 30; Inclui software de recuperação de dados apagados acidentalmente; Com chave de proteção de gravação incorporada ao corpo do cartão SD; Cartão micro SD, com adaptador para SD. REFERÊNCIA: SanDisk Extreme PRO SDXC UHS-I https://bit.ly/3zticcf		PRODUTO INDIVIDUAL	Material de Consumo 333903029 - Material para Áudio, Vídeo e Foto	12 meses	R\$ 280,08	20	R\$ 5.601,60	Armazenamento das imagens capturadas pelas câmeras e duplicação de tomadas de cenas. As características de velocidade de leitura e gravação especificadas visam atender a um processo de transação de dados sem lags(paradas) que causem falhas de material, assim como a especificação de espaço de armazenamento, suficiente para atender até 1h de gravação 4K cada. 1h de vídeo em res 4K 60fps= 111GB. menor tamanho de cartão no mercado para suportar esse tamanho de arquivo é 128GB. 10h vídeo = 10 cartões. 10 cartões em gravação primária e 10 cartões em gravação secundária = 20 cartões



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA FOTO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	GARANTIA MÍNIMA	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	QTDE	SUBTOTAL	JUSTIFICATIVA DE USO, QUALIDADE E QUANTIDADE
7	Suporte Com parafuso de aperto que bloqueia todas as juntas ao mesmo tempo; Ângulo ajustável e alturas; Com, pelo menos, 1 segmento com 2 junções do tipo esfera (cabeças esféricas de 360°); Com 2 ponteiros de rosca de 1/4" 20 para conexão à garra e ao equipamento acessório; Comprimento entre 120mm e 200mm quando totalmente estendido; Pode segurar câmera, luzes, guarda-chuvas, ganchos, prateleiras, placa de vidro, barras cruzadas; liga de alumínio + plástico; Cor preta; Carga mínima de 1,5 kg; Compatível com: Flash, monitor LCD, luz LED com parafuso de 1/4 "; Com garra do tipo Super Clamp para fixação em barras;. REFERÊNCIA: BRAÇO MÁGICO ARTICULÁVEL COM SUPER BRAÇADEIRA https://bit.ly/32FpB Gp		PRODUTO INDIVIDUAL	Material de Consumo 333903029 - Material para Áudio, Vídeo e Foto	3 meses	R\$ 159,64	12	R\$ 1.915,68	Fixação de acessórios que auxiliem os operadores de equipamentos no direcionamento de câmeras, iluminadores e telas. As características especificadas de roscas, material, comprimento e articulações, buscam permitir a interconexão com os equipamentos do patrimônio atual e deste pregão que têm parafusos e roscas de mesmas dimensões e pesos suportados pelo item licitado Cada suporte articulável, tem apenas 2 extremidades. Uma das extremidades estará conectada à 1 das 4 câmeras (2 patrim atual + 2 deste pregão). A outra extremidade estará conectada a algum acessório (microfone, iluminador, monitor etc). Logo, para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA FOTO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	GARANTIA MÍNIMA	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	QTDE	SUBTOTAL	JUSTIFICATIVA DE USO, QUALIDADE E QUANTIDADE
8	Dispositivo de memória Conexão USB compatível com versões 3.0 e 2.0; Armazenamento em memórias de estado sólido SSD; Capacidade mínima de armazenamento de 1 Terabyte; Compatível com sistema operacional Windows 10; Velocidade de transferência de dados de, pelo menos, 400MB/s; Acompanha cabo USB 3.0. REFERÊNCIA: Seagate Expansion SSD STJD1000400 https://bit.ly/31aiHqp		PRODUTO INDIVIDUAL	Material de Consumo 333903029 - Material para Áudio, Vídeo e Foto	12 meses	R\$ 2.167,35	4	R\$ 8.669,40	Armazenamento e Backup da biblioteca de vídeos do estúdio. O SSD é 10x mais veloz que o HD, diminuindo o tempo para a compilação de vídeos e transação de arquivos de cache entre o sistema operacional e o sistema utilitário 1 dispositivo para os atuais 1TB de material + 1 para o backup atual + 1 para expansão e armazenamento principal futuro + 1 para backup futuro(cópia de segurança)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

Nº ITEM	ITEM + DESCRIÇÃO	REFERÊN CIA FOTO	UNIDADE PARA COTAÇÃO	CLASSIFIC AÇÃO CONTÁBIL	GARANT IA MÍNIMA	PREÇO UNITÁRIO O MÉDIO	QTDE	SUBTOT AL	JUSTIFICATIV A DE USO, QUALIDADE E QUANTIDADE
9	Hélice Kit contendo 1 hélice de giro no sentido horário e 1 hélice de giro no sentido anti- horário; hélices com marcação colorida no encaixe central da mesma cor do eixo do motor de propulsão da aeronave; diâmetro 18,3cm; peso de 4,8g cada hélice. REFERÊNCIA: DJI modelo 7238 hélice de baixo ruído https://bit.ly/3B30I8J		PRODUTO INDIVIDU AL	Material de Consumo 333903029 - Material para Áudio, Vídeo e Foto	3 meses	R\$ 261,08	8	R\$ 2.088,64	Por tratar-se de um elemento essencial para a segurança e estabilidade da aeronave, deve-se inspecionar e substituir periodicamente as hélices instaladas em caso de trincas, deformações ou a cada 6 meses por motivo de desgaste natural com o uso do equipamento As hélices de fibra de carbono e projetadas pela fabricante da aeronave têm sua performance garantida para o projeto do equipamento. Cada aeronave usa 2 pares (kits) de hélices. 2 aeronaves x 2 pares = 4 pares. 4 pares x 2 semestres = 8 pares.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

ANEXO II do Edital

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, E A EMPRESA....., CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022 (PROCESSO SEI N.º **0009567-86.2022.6.27.8000**), TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO EM PRODUÇÃO E PÓS-PRODUÇÃO DE VÍDEOS COM O FIM DE EDUCAÇÃO INSTITUCIONAL.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**, nesta ato denominado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ Nº 05.962.421/0001-17, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, s/n, em São Luís-MA, neste ato representado por seu Presidente, **DES.** _____, portador do R.G. nº _____-SSP/____ e do CPF nº. _____, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ-MF, sob o nº _____, estabelecida (**inserir endereço completo**), neste ato denominada **CONTRATADA**, representada por (**inserir o cargo**), senhor(a) (**qualificação do signatário do contrato**), portador da Cédula de Identidade nº _____ e CPF(MF) nº _____ de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por _____ (**inserir qual dos instrumentos: procuração/contrato social/estatuto social**) resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com a **Lei nº 10.520/2002, Lei n.º 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Federal nº 10.024/2019**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **aquisição de materiais de consumo para uso em produção e pós-produção de vídeos com o fim de educação institucional**, obedecidas as condições do instrumento convocatório e respectivos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O presente contrato tem o valor total de **R\$** (por extenso).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. O Pagamento correspondente será efetuado à **CONTRATADA** por meio de ordem bancária, no prazo máximo de 30 dias, após o recebimento definitivo do objeto e atesto da respectiva nota fiscal/fatura.

3.2 O processo de pagamento será iniciado com a fatura/nota fiscal apresentada pela **CONTRATADA**, com atesto do Fiscal do Contrato de que os serviços foram prestados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

corretamente, bem como os documentos de comprovação da regularidade fiscal junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Seguridade Social – INSS, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

3.3 Caso seja detectado qualquer problema na documentação acima, será concedido prazo para regularização. Findo este, em permanecendo a inércia da **CONTRATADA**, a mesma será apenada com multa prevista em capítulo próprio, podendo ser cumulada com rescisão contratual.

3.4. Caso se verifique erro na fatura, esta não será atestada até sua retificação pela **CONTRATADA**.

3.5. Qualquer atraso ocorrido na apresentação dos documentos por parte da **CONTRATADA** importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do **CONTRATANTE**.

3.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{6/100}{365} \qquad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

3.6. Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

3.7. Deverão ser observadas as demais disposições do ITEM 7 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. O **CONTRATANTE** obriga-se a cumprir as condições estabelecidas no Edital, especialmente as previstas no **ITEM 8** do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir as condições estabelecidas no Edital, especialmente as previstas no **ITEM 9** do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

6.1. A vigência do contrato será de **04 (quatro) meses**, a contar do primeiro dia útil após a data de sua publicação e observará o disposto no art. 57 da Lei 8.666/1993.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÃO

7.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos constantes no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do Orçamento Geral da União, aprovado para o exercício financeiro de 2022, cuja classificação funcional programática e categoria econômica é a seguinte:

.....

PARÁGRAFO ÚNICO – DO EMPENHO

Para cobertura das despesas relativas ao presente Contrato, foi emitida a Nota de Empenho nº. 2022NExxxxxx, à conta da dotação especificada neste Contrato.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

9.1. São aplicáveis as sanções previstas no **ITEM 10** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

9.2. São aplicáveis ainda as penalidades da Lei 10.520/2002.

PARÁGRAFO ÚNICO - DESCONTO DO VALOR DA MULTA

Se o valor das multas não for pago ou depositado na Conta Única do Tesouro Nacional, será automaticamente descontado de qualquer fatura ou crédito a que a **CONTRATADA** vier a fazer *jus*.

CLÁUSULA DÉCIMA – RECURSOS

10.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei de Licitações, devendo o mesmo ser protocolado e dirigido ao Presidente do TRE/MA, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo do disposto na cláusula nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Aplica-se a este Contrato o disposto no artigo 58, da Lei nº 8.666/93.

12.2. As partes contratantes ratificam todas as condições preestabelecidas no instrumento convocatório e na proposta da licitante, independentemente de transcrição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Maranhão, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em via única, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

São Luís - MA, de de 2022.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
Presidente

CONTRATADA
Representante

TESTEMUNHAS:

1. NOME:	2. NOME:
CIC:	CIC: